



Como redigir ementas

Desembargador Federal

Nino Toldo

Diretor da Emag



Definição

EMENTA



Origem Latina: "*ementum*" (anotações, apontamentos, coisas a lembrar).

Uso variado:

- a) Educação: lista de tópicos.
- b) Legislação: parte em epígrafe com o objetivo do ato.
- c) Administração e Jurisprudência: dispositivo resultante da decisão ou do parecer.



Importância da Ementa

- Ferramenta essencial para julgadores e pareceristas
- Deve ser redigida com clareza e direção
- Serve como prova de coerência argumentativa



Importância e Responsabilidade

A ementa é frequentemente citada e tem papel persuasivo.

A precisão na redação é crucial, dado o seu impacto sobre a jurisprudência.

Copia-se muito e reflete-se pouco.

**A elaboração da ementa exige
empenho e responsabilidade.**

Estrutura da Ementa

Cabeçalho, dispositivo e conclusão

Cabeçalho



- Define-se como a sequência de palavras-chave que resume o assunto.
- Deve ser preciso, indicando o gênero e a espécie do tema discutido.
- Deve-se evitar o uso de expressões ambíguas ou apenas listar palavras-chave sem contexto.

Formatação Adequada

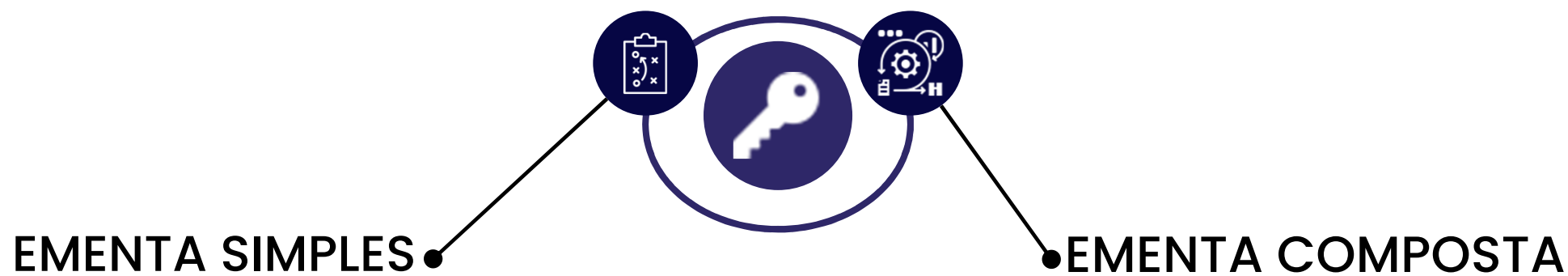
Caixa-alta.

Ponto após cada verbete.

Sem uso de negrito.



Tipos de ementas



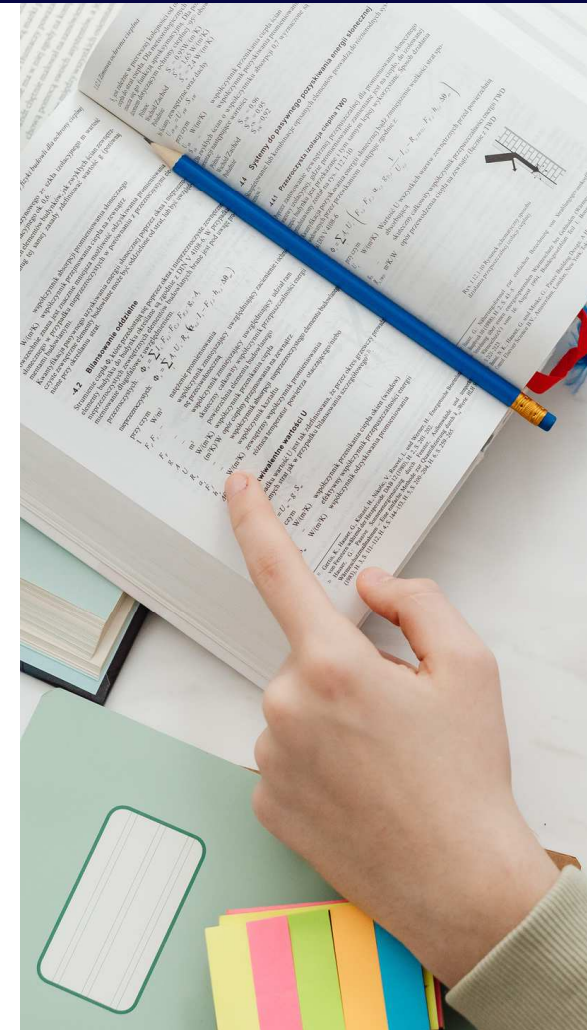
Dispositivo na Ementa



- A regra de conduta deriva do julgamento.
- Deve ser original, não uma reprodução de texto legal ou doutrinário.
- Preferencialmente abstrato, sem referência a elementos concretos do caso.

Elaboração do Dispositivo

- Proposições decorrentes do que foi julgado no caso.
- Em ementas compostas, o cabeçalho distingue os diferentes dispositivos.

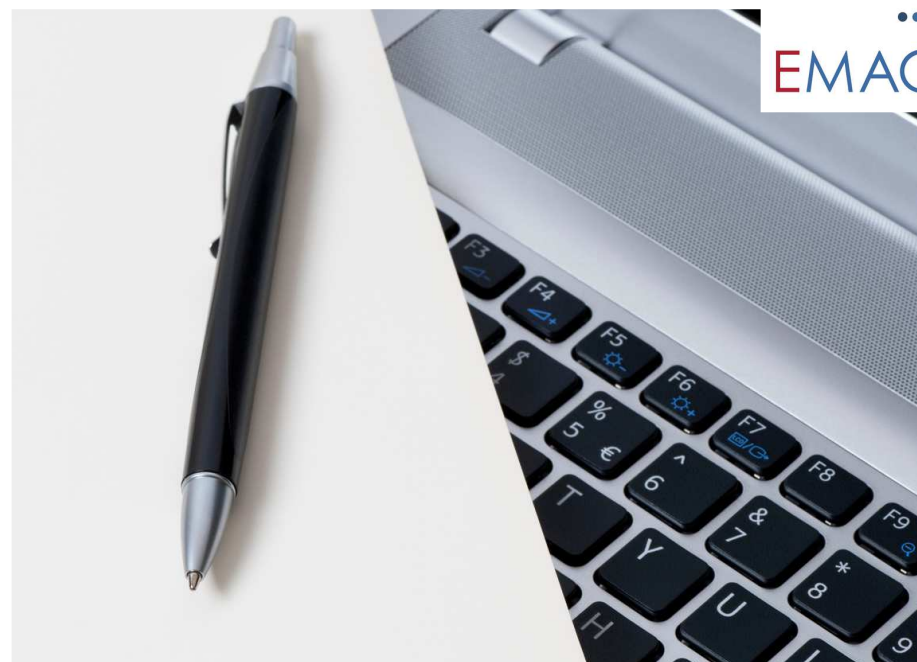


Dispositivos

Redação de Dispositivos

O dispositivo deve capturar a decisão sem se prender aos detalhes específicos do caso, mantendo sua aplicabilidade geral.

A redação do dispositivo deve, na medida do possível, evitar a reprodução da linguagem usada nos votos.



Formatação do Dispositivo

A separação visual entre o cabeçalho e o dispositivo ajuda a distinguir a referência do caso do princípio legal resultante.



EMAG



Fundamentos do **Dispositivo**

O dispositivo tem as características da Lei e deve apresentar-se:

Objetivo

Conciso

Afirmativo

Propositivo

Preciso

Unívoco

Coerente

Gramaticalmente correto

Clareza na Ementa



Clareza

A clareza é fundamental para que a ementa cumpra seu papel de resumo eficiente de uma decisão jurídica.

Informações devem ser organizadas de forma lógica, com parágrafos distintos que separam claramente as diferentes partes da ementa, garantindo compreensão imediata.



Elementos Concretos

A ementa deve se manter genérica para ser aplicável a casos similares, evitando referências a elementos específicos que limitariam sua utilidade.

A exclusão de nomes e detalhes específicos preserva a privacidade e mantém o foco no entendimento jurídico.

Objetividade do Dispositivo

A objetividade garante que a ementa reflita exatamente a decisão tomada, sem distorções ou informações adicionais que não estavam presentes no julgamento.

Não se deve incluir suposições ou finalidades não comprovadas, mantendo a fidelidade aos fatos do caso.



Precisão e Clareza

Palavras e expressões subjetivas ou ambíguas devem ser evitadas para não comprometer a clareza e precisão do dispositivo.

A redação deve ser direta e objetiva, livre de qualquer tendenciosidade ou emoção que possa sugerir parcialidade.





Coerência e Consistência

O dispositivo deve ser consistente com a decisão e com o cabeçalho, refletindo a lógica e o raciocínio do julgador.

A ementa não deve julgar a sentença de primeiro grau, mas abordar os pontos específicos da decisão que são objeto do recurso.



Exclusão de Subjetividade

Frases que contêm avaliações pessoais ou adjetivos como "melhor", "reprovável" ou "nobilíssima" devem ser omitidas para manter a objetividade.

Expressões como "sem sombra de dúvida" ou comentários sobre a "fúria desenfreada" de um órgão são inapropriadas por serem subjetivas.



Assertividade e Convicção

A redação do dispositivo deve refletir a segurança e a convicção do julgador, evitando a aparência de dúvida ou hesitação.

Termos como "em princípio" ou "sem embargo dos argumentos em contrário" podem enfraquecer a assertividade da decisão.



A Importância da Concisão



- Concisão é diferente de resumo (síntese). Enquanto o resumo contrasta com a análise, a concisão elimina o excesso.
- Uma ementa concisa contém apenas palavras essenciais, sem redundâncias ou justificativas desnecessárias.
- Redundâncias como "continua em plena vigência" quando um artigo não foi revogado são desnecessárias.



Eliminação de Elementos Supérfluos

Elementos metalinguísticos e expressões indefinidas como "etc." devem ser evitados para manter a precisão.

Precisão na Redação

O dispositivo deve ir direto ao ponto, sem se perder em histórias ou resumos que não são centrais para a decisão.



Restringindo a Redação do Dispositivo



O dispositivo deve ser direto e limitar-se a estabelecer a conduta ou conceito aplicável.

Por exemplo, em casos de excesso de prazo, o dispositivo deve apenas afirmar que é admissível se a defesa é responsável, sem detalhes adicionais.

Em casos complexos, a ementa deve focar no ponto central que justifica a anulação, sem enumerar todas as circunstâncias e discussões.

O dispositivo pode ser simplificado para declarar apenas a anulação por apresentação de prova nova com prejuízo para a defesa.

Evitando Justificações no Dispositivo

- O dispositivo não deve conter justificações; ele deve focar no que é estabelecido pela decisão, não no porquê da decisão.
- Por exemplo, a correção da verba honorária deve ser afirmada sem explicações adicionais.

Eliminando Conclusões Desnecessárias

- Conclusões que são óbvias a partir da primeira parte do dispositivo não são necessárias.
- Em um dispositivo sobre prazos para recorrer, não é necessário explicar que o apelo é oportuno se interposto dentro do prazo.

Removendo Finalidades Irrelevantes

- O dispositivo não deve incluir a finalidade ou motivação por trás de uma conduta exigida.
- No exemplo sobre indenização por férias não gozadas, a explicação de que é para evitar o enriquecimento indevido do Estado é supérflua.

O Princípio da Afirmatividade



- O dispositivo deve ser afirmativo, estabelecendo o que deve ou não ser feito, ou definindo um conceito.
- A afirmatividade implica uma direção clara e inequívoca na linguagem jurídica.
- Construções não-afirmativas geram ambiguidade e devem ser evitadas.
- A redação do dispositivo deve ser clara e direta, ordenando ou conceituando sem recorrer à negação.

Atividades

